

PEQUENO ESTUDO SOBRE AS MENTALIDADES NUMA COMUNIDADE RURAL PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉC. XX

*Irene Vieira e Fernanda Peixoto **

Este trabalho foi realizado com base num processo judicial da comarca judicial de Figueiró dos Vinhos, iniciado em 1919.

A partir deste processo ficámos a conhecer um pouco da realidade social de uma pequena comunidade rural portuguesa, no início deste século.

Antes de falar do que foi analisado, gostávamos de referir a importância de documentos deste teor, que oferecem informação tanto quantitativa como qualitativa, sobre múltiplos aspectos: sociais, económicos, políticos e ideológicos.

Com este trabalho, quisémos conhecer alguns aspectos da vida rural do início do século: interessou-nos sobretudo conhecer alguns traços característicos das mentalidades dessa época.

Procuraremos fazer a relação entre os factos apresentados pelos depoimentos das testemunhas e o contexto geral das mentalidades no princípio do século.

A finalidade da acção judiciária, por parte dos requerentes, é proceder a inventário orfanológico e receberem a quota parte de herança de Manuel Henriques (todos os nomes próprios são pseudónimos), como filhos ilegítimos deste, o qual não deixou testamento. Os requeridos são todos filhos legítimos do mesmo Manuel Henriques, menores e, como tal, representados por sua mãe em tribunal.

O pedido de assistência judiciária pelos requerentes (um dos quais também menor e assim representado por sua mãe), baseia-se no facto de que como filhos ilegítimos têm direito a exigir a sua parte na herança, mas que, dada a sua pobreza, só poderão intentar a acção judiciária para esse fim com a assistência judiciária do tribunal. Naturalmente, este pedido é contestado pelos requeridos, ou melhor, pelo seu representante, alegando que os requerentes não são filhos de Manuel Henriques e, além disso, têm meios de fortuna suficientes para não

* Alunas do Ensino Básico, variante Educação Visual, da Escola Superior de Educação de Leiria.

terem direito à assistência judiciária.

A partir daqui trata-se de decidir (ou não) sobre a paternidade dos requerentes e sobre os seus meios de fortuna.

Temos que ter em conta que todos os intervenientes neste processo judicial pertencem ao meio rural, inseridos portanto num contexto cultural particular que será fundamental na estrutura das mentalidades: *"a observação recíproca de comportamentos sempre visíveis constitui nessas colectividades em que toda a gente conhece toda a gente, o modo mais frequente de acesso à informação sobre as situações e disposições sociais predominantes"*. (Madureira Pinto, *Análise Social* n.º 66).

De facto, verificamos que no desenvolvimento do processo judicial, todos os depoimentos das testemunhas, quer dos requerentes quer dos requeridos, se baseiam nas suas observações sobre os outros e, sobretudo, no que *"ouviam dizer"*, não se sabendo, frequentemente, muito bem o que se ouviu dizer ou a quem.

Voltando a este caso, a paternidade dos requerentes, por falta de melhor método, terá que ser decidida pelas testemunhas, que se servirão para tal das observações gerais da comunidade sobre o comportamento da mãe dos requerentes (Maria Filipa). Segundo a lógica desta mentalidade, se é publicamente conhecido que a mãe dos requerentes teve relações sexuais com Manuel Henriques vários anos sucessivos e que esta se manteve sempre fiel e *"bem comportada"*, segundo os padrões morais definidos e aceites na época pela comunidade, implicitamente, os requerentes são filhos de Manuel Henriques. Apoiamos esta afirmação com uma passagem do II volume das Actas do Colóquio, *"A mulher na sociedade portuguesa"*:

"À comunidade é atribuída uma função particularmente importante no controlo da relação matrimonial, como na relação mais geral entre os sexos, que começa logo com a celebração pública e católica do casamento, visando um reconhecimento da nova família".

Este reconhecimento da legitimidade da relação é particularmente importante por parte dos parentes mais próximos, tanto assim que os requerentes, durante a sua actuação no processo, se referem frequentemente ao facto de os pais e mais familiares de Manuel Henriques não terem ido ao seu casamento, deixando pois implícita a sua preferência pela relação com Maria Filipa, apesar de não legitimada.

É evidente a tensão entre o papel atribuído aos parentes na escolha do parceiro sexual ou conjugal e a autonomia dos sujeitos directos de tal relação.

Não analisaremos aqui pormenorizadamente os depoimentos de todas as testemunhas, mas consideraremos os traços mais gerais:

Os requeridos apresentam quatro testemunhas, um homem e três mulheres, que têm entre trinta e quatro e cinquenta e cinco anos. Todos mantêm uma posição evasiva, mantida no *"ouvi dizer"*, ou dizem que não

sabem. É curioso que todas estas testemunhas desmintam o que à partida estariam a defender: todos concordam que nunca "*ouvíram dizer*" que Maria Filipa tivesse tido relações sexuais com vários homens e que sempre tinham "*ouvido dizer*" que os requerentes eram filhos de Manuel Henriques.

As testemunhas dos requerentes são cinco, três homens e duas mulheres com idades entre os quarenta e cinco e sessenta e oito anos. Apresentam-se bastante mais seguros das suas afirmações salientando o bom comportamento da mãe dos requerentes e relatando episódios que presenciaram, que demonstram ou o interesse de Manuel Henriques pelos requerentes e sua mãe enviando-lhes dinheiro e fazendas, ou o reconhecimento público dos requerentes como seus filhos — este facto parece fundamental para o desenrolar do processo.

Pelas idades das testemunhas, que têm entre trinta e quatro e sessenta e oito anos, parece-nos correcto afirmar que eram escolhidas para testemunhas pessoas de mais idade, portanto mais experientes e consideradas mais idóneas no conhecimento das situações do dia a dia.

Em todos os depoimentos são frequentes expressões como: "*sendo sempre fiel*", "*comportamento irrepreensível*", "*comportado bem*", "*ouvi dizer*", e outras. Estas expressões, todas relativas a Maria Filipa, são características da mentalidade da época nas comunidades rurais. O "*bom comportamento*" significa a mulher manter-se recatada e não ter relações sexuais, pelo menos com mais do que um homem, mantendo-se fiel. O "*ouvi dizer*" é demonstrativo da dependência da opinião pessoal de cada testemunha, da opinião geral da comunidade e representa também uma segurança porque não há o assumir de responsabilidades nas afirmações feitas.

O auxílio judicial é de facto concedido e os requerentes menos de um mês depois, intentaram nova acção no tribunal a fim de exigirem a sua quota parte da herança de Manuel Henriques.

A importância da família no que respeita a decisões matrimoniais e escolha de parceiro é de novo posta em relevo no 10.º ponto da acção judiciária: é relatado que quando a avó materna dos requerentes soube do "*projectado casamento*" de Manuel Henriques, "*levou a filha e os netos para casa dos pais dele e na presença destes e lá ficaram até que Manuel Henriques lhes disse que era penoso tê-los em casa dos seus pais e prometeu continuar a sustentá-los em casa da avó materna*" — citado do processo. Esta entrega da mulher e dos filhos ao homem que a teria desonrado, simboliza a responsabilização dele e da família pela situação e a obrigatoriedade do mesmo em assumir essa responsabilidade. Está implícito o papel social do homem em relação à família: ele deve sustentá-la e dar abrigo. O homem, como chefe de família, tem que a proteger.

A partir destes dados, e para concluir, adiantamos alguns dos traços característicos da mentalidade no início do século XX em comunidades rurais

portuguesas do tipo de Casas Velhas:

- A atribuição de um papel à comunidade no contexto da relação entre sexos;
- A aceitação dos valores morais instituídos na comunidade;
- A importância dada à família e aos vários conceitos que ela implica como casamento, paternidade, legitimidade;
- A existência de densas relações de vizinhança que controlam os comportamentos do indivíduo e a importância do que é *"publicamente conhecido"*;
- A distinção dos papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher.